



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

3305

Presidente da Mesa Diretora: Ivan José Lopes

Espécie: Projeto de Lei

Categoria: Repassa recursos, firma convênio, faz doação, concede subvenção, contribuição e ajuda financeira, destina as aplicações

Autoria: Executivo Municipal

Data: 09/04/1991

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 29/1991. Autoriza o Poder Executivo a fazer doação no valor de Cr\$ 40.000,00, aos alunos do curso de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Norte de Minas - FAFIL/Unimontes. (Referente à Lei nº 1.929, de 17/04/1991).

Controle Interno – Caixa: 21

Posição: 15

Número de folhas: 07

Espécie: PL
Categoria: Reparo de recursos
Cl: 21
Ordem: 15
Nº fls: 05

Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº

29/91

Autor: Prefeito Municipal

Assunto:

Autoriza o Executivo a fazer doação de Cr\$ 40.000,00
aos alunos do Curso de Ciências Sociais da FAFIL.

Caixa

MOVIMENTO

- 1 Recebido em 09.04.91
- 2 À Com. de Leg. e Justiça em 09.04.91
- 3
- 4 *Procedido em regime*
- 5 *de urgência - 11.04.91.*
- 6 *À mesa - 11.04.91.*
- 7 *Arquivado -*
- 8
- 9
- 10



PREFEITURA DE MONTES CLAROS

Av. Cula Mangabeira, 211 - 39.400 - Montes Claros - Minas Gerais



PROJETO DE LEI Nº _____

Montes

Autoriza o Poder Executivo a fazer doação do valor de Cr\$40.000,00 aos alunos do Curso de Ciências Sociais, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Norte de Minas-FAFIL.

A Câmara Municipal de Montes Claros decreta e eu sanciono a seguinte Lei: -

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a repassar ajuda financeira aos alunos do Curso de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Norte de Minas - FAFIL/UNIMONTES, no valor de Cr\$40.000,00 (quarenta mil cruzeiros).

Parág. Único - A ajuda financeira de que trata este artigo se destina ao custeio de despesas na participação do X ENECS - 10º Encontro Nacional dos Estudantes de Ciências Sociais, que teve lugar na Universidade de São Paulo, nos dias 28 a 31 de março do corrente ano.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta de dotação própria do Orçamento vigente.

Art. 3º - A donataria se obriga a prestar contas da aplicação dos recursos recebidos, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação desta Lei, à Secretaria da Fazenda do Município, sob pena de reembolsar aos cofres do Município a importância recebida.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Montes Claros/MG., 04 de abril de 1.991.



[Signature]
Dr. Mário Ribeiro da Silveira
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE Legislação
EM DE abril DE 1991
PRESIDENTE

E' Supl. a Const. de
Edmundo Nelson

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM MEP DISCUSSÃO POR
URGÊNCIA
EM 11 DE abril DE 1991
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
À SANÇÃO
EM 11 DE abril DE 1991
PRESIDENTE





PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS - M. G.

Em, 04 de abril de 1991

Of. N.º CJ-0404/91 (047)

Assunto - Mensagem - envia Projeto de Lei

Serviço - Consultoria Jurídica

Senhor Presidente

Os Alunos do Curso de Ciências Sociais, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Norte de Minas-FAFIL / UNIMONTES, participaram do 10º Encontro Nacional dos Estudantes de Ciências Sociais, que foi realizado na Universidade de São Paulo, nos dias 28 a 31 de março do corrente ano, demonstrando o grande interesse no enriquecimento dos estudos e experiências no campo de atuação mais efetiva na solução dos problemas sociais de Montes Claros e toda esta região.

A solução dos problemas sociais, hodiernamente, não só em Montes Claros, mas em todo o País, é uma das maiores preocupações do povo e de seus governantes.

A Administração Municipal não pode ficar alheia e deixar de contribuir com movimentos desta natureza e pretende repassar uma ajuda financeira no valor de Cr\$40.000,00 (quarenta mil cruzeiros) aos alunos do Curso de Ciências Sociais, da FAFIL, que não é substancial, mas é uma forma participativa se considerarmos as dificuldades financeiras do Município.

Assim sendo, vimos apresentar o incluso Projeto de Lei, que visa a autotização legislativa para o Poder Executivo fazer o repasse da ajuda financeira acima referida, para a competente apreciação e aprovação dessa edilidade.

Renovamos a V. Exa., na oportunidade, protestos de alta estima e consideração.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS – M. G.

Em,

de

de 19

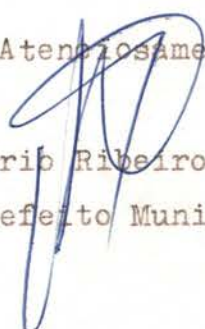
Of. N.º CJ-0404/91 (047)

Assunto

Serviço

Fls. 02

Atenciosamente,


Dr. Mário Ribeiro da Silveira
Prefeito Municipal

Excelentíssimo Senhor

Dr. Ivan José Lopes

DD. Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros/MG.

N E S T A



OBSERVAÇÕES IMPORTANTES

1. CONSULTE O MANUAL DO CONTRIBUINTE C.G.C. AO PREENCHER ESTA FICHA.
2. PREENCHA-A, A MÁQUINA, EM 3 (TRÊS) VIAS PERFEITAMENTE LEGÍVEIS.
3. NÃO PREENCHA OS QUADROS DE "USO DA REPARTIÇÃO".
4. DEIXE EM BRANCO OS ITENS EM QUE NADA TENHA A INFORMAR.
5. APRESENTE TODAS AS VIAS AO ÓRGÃO DA SRF DA JURISDIÇÃO DO ESTABELECIMENTO-SEDE.
6. PREENCHA OS CAMPOS DIVIDIDOS EM QUADRINHOS, COLOCANDO CADA LETRA DENTRO DE UM QUADRINHO, A COMEÇAR DO PRIMEIRO.

M.F. - S.R.F. 171 3A VIA
CADASTRO GERAL DE CONTRIBUINTE

01-N. INSCRICAO 21 359 807/0001 -95

* ESTA FICHA, QUANDO AUTENTICADA, SUBSTITUI O CARTÃO C. G. C. PELO PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIAS, CONTADOS DA DATA DE RECEPÇÃO (QUADRO 14) OU DA ÚLTIMA DATA DE REVALIDAÇÃO APOSTA NO VERSO.

03 - INFORMAÇÕES GERAIS				05 - INFORMAÇÕES FINANCEIRAS			
03.1 INSCRITO ANTERIORMENTE NO C.G.C.		03.2 N.º ORDEM		05.1 FAIXA DE CAPITAL (Assinale com "X")		05.2 PERCENTUAL DO CAPITAL	
03.1.1 INSCRITO ANTERIORMENTE NO C.G.C.		03.1.2 N.º ORDEM		05.1.1 MENOS DE R\$ 100.000		05.1.2 ENTRE R\$ 100.000 e R\$ 1.000.000	
03.1.3 INSCRITO ANTERIORMENTE NO C.G.C.		03.1.4 N.º ORDEM		05.1.3 MAIS DE R\$ 1.000.000		05.2.1 PERCENTUAL DO CAPITAL	
03.1.5 INSCRITO ANTERIORMENTE NO C.G.C.		03.1.6 N.º ORDEM		05.1.4 ENTRE R\$ 100.000 e R\$ 1.000.000		05.2.2 PERCENTUAL DO CAPITAL	
04 - RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS				06 - NATUREZA JURÍDICA			
04.1 ASSINALE COM "X" OS TRIBUTOS QUE A SEDE RECOLHER HABITUALMENTE				06.1 ASSINALE COM "X" A FORMA DE CONSTITUIÇÃO			
04.1.1 IMPOSTO DE RENDA (DECLARAÇÃO)				06.1.1 EMPRESA INDIVIDUAL (COMERCIO OU INDUSTRIA)			
04.1.2 EXPORTAÇÃO				06.1.2 SOCIEDADE EM NOME COLETIVO			
04.1.3 PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL				06.1.3 SOC. POR COTAS DE RESPONSABILIDADE LTDA			
04.1.4 IMPORTAÇÃO				06.1.4 SOC. DE CAPITAL E INDUSTRIA			
04.1.5 IMPOSTO DE RENDA (NA FONTE)				06.1.5 SOC. COMANDITA SIMPLES			
04.1.6 IPI				06.1.6 SOC. EM COMANDITA POR AÇÕES			
04.1.7 OPERAÇÕES FINANCEIRAS				06.1.7 SOC. CIVIL COM FINS LUCRATIVOS			
04.1.8 SERVIÇOS DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES (FEDERAL)				06.1.8 SOC. EM CONTA DE PARTICIPAÇÃO			
04.1.9 IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS				06.1.9 SOC. COOPERATIVA			
04.1.10 IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS				06.1.10 FILIAL, SUCCURSAL, AGÊNCIA DE EMPRESA SEDIADA NO EXTERIOR			
07 - ATIVIDADE PRINCIPAL DO ESTABELECIMENTO-SEDE				08 - DENOMINAÇÃO			
07.1 DESCRIÇÃO				08.1 DENOMINAÇÃO			
07.1.1 DIRETORIO ACADEMICO				08.1.1 DIRETORIO ACADEMICO PROFE			
07.1.2 DIRETORIO ACADEMICO				08.1.2 DIRETORIO ACADEMICO PROFE			
07.1.3 DIRETORIO ACADEMICO				08.1.3 DIRETORIO ACADEMICO PROFE			
07.1.4 DIRETORIO ACADEMICO				08.1.4 DIRETORIO ACADEMICO PROFE			
07.1.5 DIRETORIO ACADEMICO				08.1.5 DIRETORIO ACADEMICO PROFE			
07.1.6 DIRETORIO ACADEMICO				08.1.6 DIRETORIO ACADEMICO PROFE			
07.1.7 DIRETORIO ACADEMICO				08.1.7 DIRETORIO ACADEMICO PROFE			
07.1.8 DIRETORIO ACADEMICO				08.1.8 DIRETORIO ACADEMICO PROFE			
07.1.9 DIRETORIO ACADEMICO				08.1.9 DIRETORIO ACADEMICO PROFE			
07.1.10 DIRETORIO ACADEMICO				08.1.10 DIRETORIO ACADEMICO PROFE			
09 - ENDEREÇO DO ESTABELECIMENTO-SEDE				10 - PESSOA FÍSICA RESPONSÁVEL PERANTE O MINISTÉRIO DA FAZENDA			
09.1 TIPO (RUA, AV., ETC.)				10.1 INSCRIÇÃO NO CPF			
09.1.1 TIPO (RUA, AV., ETC.)				10.1.1 INSCRIÇÃO NO CPF			
09.1.2 TIPO (RUA, AV., ETC.)				10.1.2 INSCRIÇÃO NO CPF			
09.1.3 TIPO (RUA, AV., ETC.)				10.1.3 INSCRIÇÃO NO CPF			
09.1.4 TIPO (RUA, AV., ETC.)				10.1.4 INSCRIÇÃO NO CPF			
09.1.5 TIPO (RUA, AV., ETC.)				10.1.5 INSCRIÇÃO NO CPF			
09.1.6 TIPO (RUA, AV., ETC.)				10.1.6 INSCRIÇÃO NO CPF			
09.1.7 TIPO (RUA, AV., ETC.)				10.1.7 INSCRIÇÃO NO CPF			
09.1.8 TIPO (RUA, AV., ETC.)				10.1.8 INSCRIÇÃO NO CPF			
09.1.9 TIPO (RUA, AV., ETC.)				10.1.9 INSCRIÇÃO NO CPF			
09.1.10 TIPO (RUA, AV., ETC.)				10.1.10 INSCRIÇÃO NO CPF			
09.2 NOME DO LOGRADOURO				10.2 NOME			
09.2.1 NOME DO LOGRADOURO				10.2.1 NOME			
09.2.2 NOME DO LOGRADOURO				10.2.2 NOME			
09.2.3 NOME DO LOGRADOURO				10.2.3 NOME			
09.2.4 NOME DO LOGRADOURO				10.2.4 NOME			
09.2.5 NOME DO LOGRADOURO				10.2.5 NOME			
09.2.6 NOME DO LOGRADOURO				10.2.6 NOME			
09.2.7 NOME DO LOGRADOURO				10.2.7 NOME			
09.2.8 NOME DO LOGRADOURO				10.2.8 NOME			
09.2.9 NOME DO LOGRADOURO				10.2.9 NOME			
09.2.10 NOME DO LOGRADOURO				10.2.10 NOME			
09.3 COMPLEMENTO (ANDAR, SALA, ETC.)				10.3 ASSUMO TOTAL RESPONSABILIDADE COM PLENO CONHECIMENTO DO DISPOSTO NA LEGISLAÇÃO VIGENTE			
09.3.1 COMPLEMENTO (ANDAR, SALA, ETC.)				10.3.1 ASSUMO TOTAL RESPONSABILIDADE COM PLENO CONHECIMENTO DO DISPOSTO NA LEGISLAÇÃO VIGENTE			
09.3.2 COMPLEMENTO (ANDAR, SALA, ETC.)				10.3.2 ASSUMO TOTAL RESPONSABILIDADE COM PLENO CONHECIMENTO DO DISPOSTO NA LEGISLAÇÃO VIGENTE			
09.3.3 COMPLEMENTO (ANDAR, SALA, ETC.)				10.3.3 ASSUMO TOTAL RESPONSABILIDADE COM PLENO CONHECIMENTO DO DISPOSTO NA LEGISLAÇÃO VIGENTE			
09.3.4 COMPLEMENTO (ANDAR, SALA, ETC.)				10.3.4 ASSUMO TOTAL RESPONSABILIDADE COM PLENO CONHECIMENTO DO DISPOSTO NA LEGISLAÇÃO VIGENTE			
09.3.5 COMPLEMENTO (ANDAR, SALA, ETC.)				10.3.5 ASSUMO TOTAL RESPONSABILIDADE COM PLENO CONHECIMENTO DO DISPOSTO NA LEGISLAÇÃO VIGENTE			
09.3.6 COMPLEMENTO (ANDAR, SALA, ETC.)				10.3.6 ASSUMO TOTAL RESPONSABILIDADE COM PLENO CONHECIMENTO DO DISPOSTO NA LEGISLAÇÃO VIGENTE			
09.3.7 COMPLEMENTO (ANDAR, SALA, ETC.)				10.3.7 ASSUMO TOTAL RESPONSABILIDADE COM PLENO CONHECIMENTO DO DISPOSTO NA LEGISLAÇÃO VIGENTE			
09.3.8 COMPLEMENTO (ANDAR, SALA, ETC.)				10.3.8 ASSUMO TOTAL RESPONSABILIDADE COM PLENO CONHECIMENTO DO DISPOSTO NA LEGISLAÇÃO VIGENTE			
09.3.9 COMPLEMENTO (ANDAR, SALA, ETC.)				10.3.9 ASSUMO TOTAL RESPONSABILIDADE COM PLENO CONHECIMENTO DO DISPOSTO NA LEGISLAÇÃO VIGENTE			
09.3.10 COMPLEMENTO (ANDAR, SALA, ETC.)				10.3.10 ASSUMO TOTAL RESPONSABILIDADE COM PLENO CONHECIMENTO DO DISPOSTO NA LEGISLAÇÃO VIGENTE			
09.4 CEP				10.4 DATA			
09.4.1 CEP				10.4.1 DATA			
09.4.2 CEP				10.4.2 DATA			
09.4.3 CEP				10.4.3 DATA			
09.4.4 CEP				10.4.4 DATA			
09.4.5 CEP				10.4.5 DATA			
09.4.6 CEP				10.4.6 DATA			
09.4.7 CEP				10.4.7 DATA			
09.4.8 CEP				10.4.8 DATA			
09.4.9 CEP				10.4.9 DATA			
09.4.10 CEP				10.4.10 DATA			
09.5 SIGLA DA UF				10.5 ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PERANTE O MINISTÉRIO DA FAZENDA			
09.5.1 SIGLA DA UF				10.5.1 ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PERANTE O MINISTÉRIO DA FAZENDA			
09.5.2 SIGLA DA UF				10.5.2 ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PERANTE O MINISTÉRIO DA FAZENDA			
09.5.3 SIGLA DA UF				10.5.3 ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PERANTE O MINISTÉRIO DA FAZENDA			
09.5.4 SIGLA DA UF				10.5.4 ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PERANTE O MINISTÉRIO DA FAZENDA			
09.5.5 SIGLA DA UF				10.5.5 ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PERANTE O MINISTÉRIO DA FAZENDA			
09.5.6 SIGLA DA UF				10.5.6 ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PERANTE O MINISTÉRIO DA FAZENDA			
09.5.7 SIGLA DA UF				10.5.7 ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PERANTE O MINISTÉRIO DA FAZENDA			
09.5.8 SIGLA DA UF				10.5.8 ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PERANTE O MINISTÉRIO DA FAZENDA			
09.5.9 SIGLA DA UF				10.5.9 ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PERANTE O MINISTÉRIO DA FAZENDA			
09.5.10 SIGLA DA UF				10.5.10 ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PERANTE O MINISTÉRIO DA FAZENDA			
11 - CONTROLE DE REMESSA DE DOCUMENTOS				12 - RECEPÇÃO NO ÓRGÃO DA JURISDIÇÃO DA SEDE			
11.1 PARA USO DO ÓRGÃO RECEPTOR				12.1 CARIMBO DO ÓRGÃO/RUBRICA DO FUNCIONÁRIO			
11.1.1 PARA USO DO ÓRGÃO RECEPTOR				12.1.1 CARIMBO DO ÓRGÃO/RUBRICA DO FUNCIONÁRIO			
11.1.2 PARA USO DO ÓRGÃO RECEPTOR				12.1.2 CARIMBO DO ÓRGÃO/RUBRICA DO FUNCIONÁRIO			
11.1.3 PARA USO DO ÓRGÃO RECEPTOR				12.1.3 CARIMBO DO ÓRGÃO/RUBRICA DO FUNCIONÁRIO			
11.1.4 PARA USO DO ÓRGÃO RECEPTOR				12.1.4 CARIMBO DO ÓRGÃO/RUBRICA DO FUNCIONÁRIO			
11.1.5 PARA USO DO ÓRGÃO RECEPTOR				12.1.5 CARIMBO DO ÓRGÃO/RUBRICA DO FUNCIONÁRIO			
11.1.6 PARA USO DO ÓRGÃO RECEPTOR				12.1.6 CARIMBO DO ÓRGÃO/RUBRICA DO FUNCIONÁRIO			
11.1.7 PARA USO DO ÓRGÃO RECEPTOR				12.1.7 CARIMBO DO ÓRGÃO/RUBRICA DO FUNCIONÁRIO			
11.1.8 PARA USO DO ÓRGÃO RECEPTOR				12.1.8 CARIMBO DO ÓRGÃO/RUBRICA DO FUNCIONÁRIO			
11.1.9 PARA USO DO ÓRGÃO RECEPTOR				12.1.9 CARIMBO DO ÓRGÃO/RUBRICA DO FUNCIONÁRIO			
11.1.10 PARA USO DO ÓRGÃO RECEPTOR				12.1.10 CARIMBO DO ÓRGÃO/RUBRICA DO FUNCIONÁRIO			
11.2 CÓDIGO				12.2 DATA DE RECEPÇÃO			
11.2.1 CÓDIGO				12.2.1 DATA DE RECEPÇÃO			
11.2.2 CÓDIGO				12.2.2 DATA DE RECEPÇÃO			
11.2.3 CÓDIGO				12.2.3 DATA DE RECEPÇÃO			
11.2.4 CÓDIGO				12.2.4 DATA DE RECEPÇÃO			
11.2.5 CÓDIGO				12.2.5 DATA DE RECEPÇÃO			
11.2.6 CÓDIGO				12.2.6 DATA DE RECEPÇÃO			
11.2.7 CÓDIGO				12.2.7 DATA DE RECEPÇÃO			
11.2.8 CÓDIGO				12.2.8 DATA DE RECEPÇÃO			
11.2.9 CÓDIGO				12.2.9 DATA DE RECEPÇÃO			
11.2.10 CÓDIGO				12.2.10 DATA DE RECEPÇÃO			
11.3 ANO				12.3 MATRÍCULA DO FUNCIONÁRIO			
11.3.1 ANO				12.3.1 MATRÍCULA DO FUNCIONÁRIO			
11.3.2 ANO				12.3.2 MATRÍCULA DO FUNCIONÁRIO			
11.3.3 ANO				12.3.3 MATRÍCULA DO FUNCIONÁRIO			
11.3.4 ANO				12.3.4 MATRÍCULA DO FUNCIONÁRIO			
11.3.5 ANO				12.3.5 MATRÍCULA DO FUNCIONÁRIO			
11.3.6 ANO				12.3.6 MATRÍCULA DO FUNCIONÁRIO			
11.3.7 ANO				12.3.7 MATRÍCULA DO FUNCIONÁRIO			
11.3.8 ANO				12.3.8 MATRÍCULA DO FUNCIONÁRIO			
11.3.9 ANO				12.3.9 MATRÍCULA DO FUNCIONÁRIO			
11.3.10 ANO				12.3.10 MATRÍCULA DO FUNCIONÁRIO			

IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

117.500
CÓPIAS DO
ESTATUTO

EXTRATO DO ESTATUTO DO "DIRETÓRIO ACADEMICO PROFESSORA YVONNE SILVEIRA, D.A. FAFIL-FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DA FUNM.- O Diretório, é o órgão da coordenação e representação do corpo discente da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FAFIL) da FUNM. O Diretório terá sede e foro em Montes Claros, MG. Compete ao Diretório, dentre outras, defender os interesses do Corpo Discente e de cada estudante em particular, perante órgãos da Faculdade e da FUNM, autoridades de ensino, poderes públicos e entidades dos estudantes a que se filia; contribuir na esfera de sua ação, para o prestígio sempre crescente da Escola de Filosofia, Ciência e Letras da FUNM; desenvolver dentro e fora do âmbito escolar o espírito universitário; representar no âmbito universitário, o pensamento do corpo discente da Escola, colaborando ativamente com os organismos estudantis aos quais estejam ligados. São poderes do Diretório: O Poder Deliberativo, exercido pela Assembléia Geral; O Poder Fiscalizador e Deliberativo, exercido pelo Conselho de Representantes; O Poder Executivo exercido pela Diretoria. Compete à Assembléia Geral: Votar os Estatutos que regem a vida do D.A./FAFIL e reformá-los, quando necessário, em reunião especialmente convocada para tal fim, e, neste caso, a decisão será tomada por 2/3 dos membros do D.A./FAFIL, devendo a convocação ser efetuada pelo menos 24 horas antes da reunião por edital afixado em todas as salas de aula. O Poder Executivo é exercido pela Diretoria, que se compõe dos seguintes cargos, providos mediante eleição direta pelo Corpo Discente: Presidente, Vice-Presidente, 1º e 2º Secretários, 1º e 2º Tesoureiros, competindo ao Presidente representar o Diretório junto aos órgãos administrativos da Escola e nas relações externas, em juízo ou fora dele. Os Departamentos especializados do D.A. FAFIL, têm seus membros indicados pelo Presidente do D.A. FAFIL, com aprovação do Conselho de Representantes. Os membros do Corpo Discente da Escola e os membros do D.A. FAFIL, respondem individual, coletiva, direta e subsidiariamente pelas obrigações assumidas pelo mesmo. O presente estatuto aprovado em AG do Corpo Discente, está sujeito a modificação, tão logo surja necessidade ou obrigatoriedade do mesmo em Assembléia Geral convocada de acordo com o art. 15º do Cap. V.

Telefone: _____	Orgão: _____
Nome legal: _____	Assinatura do Responsável: _____
Data: _____	Forma de pagamento (empenho etc) _____
Dispositivo legal que obriga a publicação: _____	à vista - em moeda nacional - _____
IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA A SER PUBLICADA: Extrato de estatuto	
Lauda n.º _____	